



Caderno de Negociação

DIEESE

Número 74 - fevereiro de 2024

GREVES

Professores mobilizados pelo piso nacional em 2023

Em 2023, professores e auxiliares técnico-administrativos da educação básica realizaram 296 greves, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE). Nas redes municipais, foram 251 mobilizações; nas redes estaduais, 38; e nos estabelecimentos privados de educação, sete.

Principais reivindicações nas greves na Educação Básica Brasil - 2023

Reivindicação	nº	%
Piso salarial	189	63,9
Reajuste salarial	125	42,2
Investimento em educação	88	29,7
Condições de trabalho	83	28,0
Plano de Cargos, Carreiras e Salários	66	22,3
Local de trabalho	58	19,6
Contratação	53	17,9

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

A demanda pelo pagamento do piso salarial dos docentes – que deveria ter sido reajustado em 14,9% – ocupou quase dois terços das pautas reivindicatórias da educação (64%). Questões referentes ao reajuste dos salários vieram em seguida (42%).

Exceto pelas reivindicações sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários (22%), todos os outros itens apontaram para as condições em que as atividades são desempenhadas nas unidades escolares.

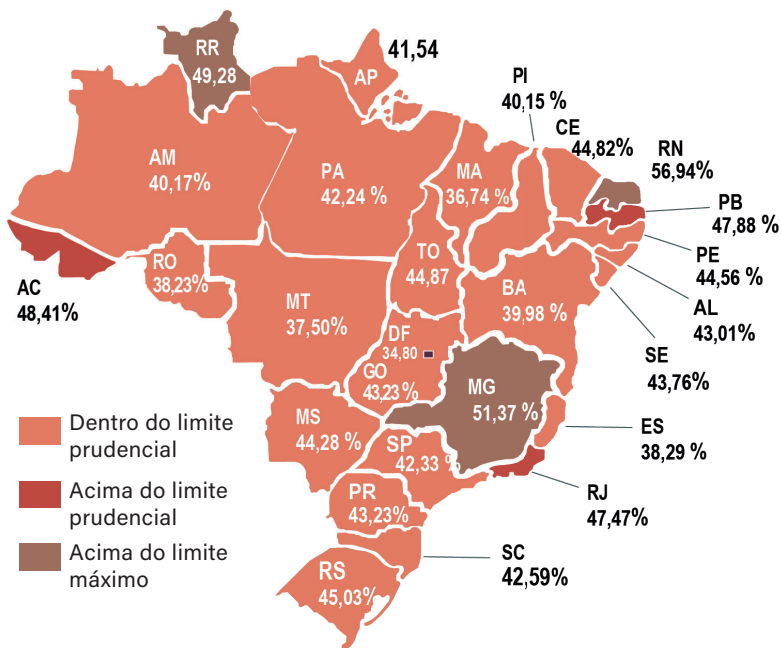
Quase um terço das greves (30%) foi realizada por aumento nos investimentos públicos em educação. A melhoria das condições de trabalho, de forma geral, foi mencionada em 28% das mobilizações e do local de trabalho (climatização das salas de aula, reformas nas cozinhas, banheiros, quadras de esportes), em 20% das pautas. Por fim, a demanda pela contratação de mais profissionais, tanto docentes como técnico-administrativos, estava em 18% das greves.

FINANÇAS PÚBLICAS

21 UFs ficam dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal

No terceiro quadrimestre de 2023, RJ, PB e AC excederam o limite prudencial estabelecido para os gastos com pessoal, enquanto RR, MG e RN ultrapassaram o limite máximo. Os outros 21 estados permaneceram dentro dos limites definidos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) estabelece limites para as despesas com pessoal no serviço público em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) em cada nível administrativo. Quando os limites são ultrapassados, os entes públicos devem realizar ajustes, sob pena de sanções. O percentual excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres subsequentes. No caso dos estados e do Distrito Federal, os gastos com pessoal no poder Executivo não podem exceder 49% da Receita Corrente Líquida e o limite prudencial (95% do limite máximo) corresponde a 46,55% da RCL.



DIEESE

MERCADO DE TRABALHO

País cria cerca de 1,5 milhão de empregos com carteira em 2023

O emprego com carteira assinada cresceu 3,5% em 2023, o equivalente a quase 1,5 milhão de novos postos de trabalho celetistas. Com isso, o estoque chegou a pouco mais de 43,9 milhões ao final de dezembro.

O emprego formal aumentou mais no Amapá (7,45%), em Roraima (6,89%), no Piauí (6,43%) e Tocantins (6,08%). As menores taxas de crescimento foram registradas no Rio Grande do Sul (1,79%), em Santa Catarina (2,67%), São Paulo (2,99%) e no Paraná (3,00%).

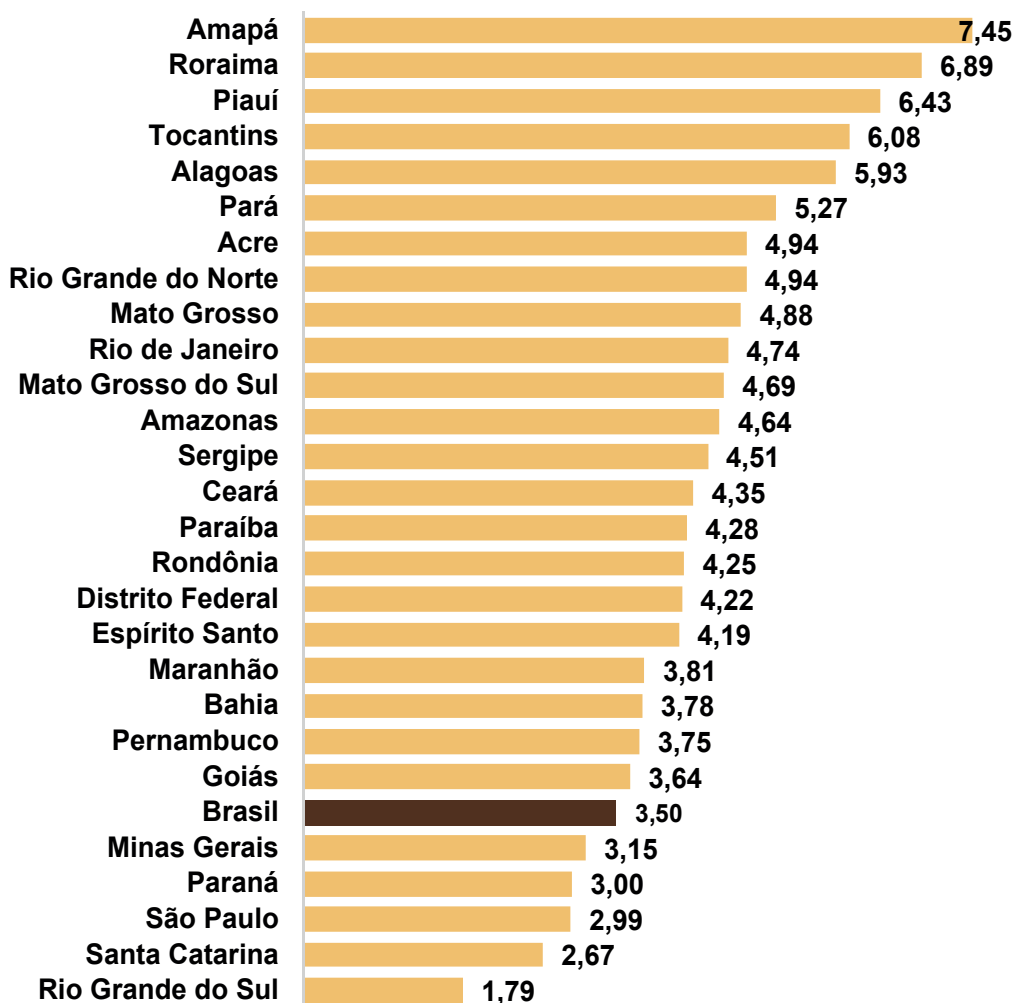
Setorialmente, o destaque foi a constru

ção civil, com ampliação de 6,57% na ocupação com carteira. Nos serviços, o crescimento foi de 4,36%, com destaque para o segmento de alojamento e alimentação, com alta de 6,35%.

O emprego formal no comércio aumentou 2,86%; na agropecuária, 2,06%; e na indústria geral, 1,52%. Especificamente na indústria de transformação, cresceu 1,37%.

Em números absolutos, o destaque foi o crescimento do emprego formal entre os jovens (18 a 24 anos de idade), com saldo positivo de mais de 1,1 milhão de empregos.

Varição do estoque de empregos com carteira assinada em 2023 (em %)



MTE. Novo Caged. Extraído em 30/01/24

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Dados preliminares: 83,2% dos reajustes de janeiro acima da inflação

O ano de 2024 começa com bons resultados nas negociações coletivas, com reajustes acima do INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 83,2% dos 322 acordos e convenções coletivas das categorias com data-base em janeiro, registrados no Mediador até 05 de fevereiro. Outras 13,4% das negociações obtiveram resultados iguais à variação do índice inflacionário e apenas 3,4% ficaram abaixo dele.

A variação real média dos reajustes, em ja-

neiro, foi de 1,89% acima do INPC.

O valor médio dos pisos nas últimas 12 datas-bases foi de R\$ 1.774,41 para os trabalhadores no segmento dos transportes (a maior média observada entre as categorias consideradas nesse levantamento); e de R\$ 1.526,61 para os trabalhadores no ramo das comunicações (a menor média encontrada).

Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Comunicações	R\$ 1.526,61	381
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.532,71	1.512
Comerciários	R\$ 1.563,85	1.890
Vigilantes	R\$ 1.569,02	145
Rurais	R\$ 1.579,72	839
Difusão cultural	R\$ 1.582,29	428
Químicos	R\$ 1.608,56	524
Educação privada	R\$ 1.613,08	152
Alimentação	R\$ 1.650,39	1.528
Metalúrgicos	R\$ 1.711,16	902
Construção e mobiliário	R\$ 1.725,51	1.608
Transportes	R\$ 1.774,41	3.793






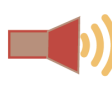






Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador
Elaboração: DIEESE. Obs.: Dados atualizados até 05/02/2024

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média dos reajustes por categorias selecionadas - 12 meses

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
fev/23	67,5%	21,5%	11,0%	0,72%	902
mar/23	61,3%	32,2%	6,5%	0,67%	2.459
abr/23	64,8%	31,0%	4,2%	1,24%	928
mai/23	89,2%	8,8%	2,1%	1,44%	6.917
jun/23	84,6%	13,7%	1,7%	1,28%	1.670
jul/23	86,4%	12,8%	0,8%	2,20%	1.093
ago/23	79,7%	13,5%	6,8%	1,06%	705
set/23	72,3%	18,3%	9,3%	0,90%	1.316
out/23	73,4%	11,5%	15,1%	0,80%	755
nov/23	67,6%	27,9%	4,6%	0,89%	833
dez/23	86,1%	13,9%	0,0%	1,53%	72
Jan/24	83,2%	13,4%	3,4%	1,89%	322
Total 12 meses	79,0%	16,4%	4,5%	1,22%	17.972

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador
Elaboração: DIEESE. Obs.: Dados atualizados até 05/02/2024

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE, variação real média dos reajustes por categoria selecionada - Brasil, últimas 12 datas-bases

RURAIS	ALIMENTAÇÃO	COMERCIÁRIOS	COMUNICAÇÕES
 Acima 83,9% Igual 12,0% Abaixo 4,1%	 Acima 81,8% Igual 14,0% Abaixo 4,3%	 Acima 53,0% Igual 44,7% Abaixo 2,3%	 Acima 54,0% Igual 38,4% Abaixo 7,6%
Variação média real 1,30%	Variação média real 1,07%	Variação média real 0,67%	Variação média real 0,77%
Total (nº de reajustes) 708	Total (nº de reajustes) 1.498	Total (nº de reajustes) 1.919	Total (nº de reajustes) 383
CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	DIFUSÃO CULTURAL	EDUCAÇÃO PRIVADA	METALÚRGICOS
 Acima 92,2% Igual 5,2% Abaixo 2,6%	 Acima 79,5% Igual 15,6% Abaixo 4,8%	 Acima 66,9% Igual 25,0% Abaixo 8,1%	 Acima 88,9% Igual 8,5% Abaixo 2,6%
Variação média real 1,56%	Variação média real 1,30%	Variação média real 0,63%	Variação média real 1,49%
Total (nº de reajustes) 1.614	Total (nº de reajustes) 537	Total (nº de reajustes) 296	Total (nº de reajustes) 1.006
QUÍMICOS	VIGILANTES	TRANSPORTE	TURISMO E HOSPITALIDADE
 Acima 80,3% Igual 16,5% Abaixo 3,2%	 Acima 58,3% Igual 36,7% Abaixo 5,0%	 Acima 89,5% Igual 7,9% Abaixo 2,7%	 Acima 86,4% Igual 4,6% Abaixo 8,9%
Variação média real 0,96%	Variação média real 1,17%	Variação média real 1,44%	Variação média real 1,59%
Total (nº de reajustes) 527	Total (nº de reajustes) 139	Total (nº de reajustes) 3.384	Total (nº de reajustes) 1.465

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. Elaboração: DIEESE
Obs. Dados atualizados até 05/02/2024

A luta pelos direitos das mulheres



A luta por igualdade de oportunidades e isonomia salarial é um dos principais temas relacionados aos direitos das mulheres no mundo do trabalho. Para celebrar o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, foram selecionadas cláusulas, negociadas por entidades sindicais, que asseguram esses direitos e constituem avanços em relação à legislação.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÍMULO À CONTRATAÇÃO DE MULHERES

- As partes se comprometem a estimular trabalhadores e empregadores a envidarem esforços visando à inserção de mulheres no mercado de trabalho da construção civil, bem como combater qualquer forma de discriminação de trabalhadores, seja direta ou indiretamente, em razão do grau de instrução, etnia, idade, sexo, orientação sexual, religião, limitação física, doença ou qualquer característica pessoal que diferencie a pessoa do trabalhador de maneira menos favorável em relação a qualquer outro. As partes realizarão, em conjunto ou separadamente, programas de qualificação profissional e formação de cidadania, devendo as empresas, conforme as possibilidades, contribuir com espaços e pessoal para esse fim.

DIREITO DA MULHER - A empresa compromete-se a assegurar igualdade de condições

e oportunidades às mulheres para concorrer a qualquer cargo, inclusive de chefia, atendidos aos pré-requisitos da função. A empresa deverá manter, na caixa de primeiros socorros, absorventes higiênicos, a fim de fornecê-los às empregadas em situações emergenciais.

POLÍTICA DE INCLUSÃO DE MULHERES, NEGROS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

- Considerando a diversidade étnica e cultural da população brasileira e o número ainda pequeno de mulheres, negros e portadores de deficiência no quadro de funcionários das empresas e, inclusive, nos cargos de chefia, as empresas promoverão, de forma contínua, uma política de inclusão de mulheres, negros(as) e portadores de deficiência.

Parágrafo Único: as empresas se comprometem a cumprir a legislação no tocante ao percentual de trabalhadores portadores de deficiência.

SALÁRIO DA MULHER - Fica assegurada às mulheres trabalhadoras igualdade de remuneração para trabalho de igual valor, vedando-se qualquer discriminação em virtude de sexo e de prestação, respeitando-se os direitos consagrados nos incisos I do art. 5º e, XX e XXX do art. 7º da Constituição Federal e art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em janeiro, custo da cesta sobe em 16 cidades

No primeiro mês de 2024, o custo da cesta básica aumentou em 16 das 17 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. A única redução ocorreu em Fortaleza (-1,91%). As elevações mais importantes foram registradas em Belo Horizonte (10,43%), Rio de Janeiro (7,20%), Brasília (6,27%) e Goiânia (6,18%).

As variações mensais mais expressivas foram verificadas nos seguintes itens:

Batata – O preço aumentou em todas as cidades da região Centro-Sul, onde o tubérculo é pesquisado, em função da redução da oferta, explicada pelo excesso de chuvas.

Feijão – O custo subiu em todas as capitais. A menor oferta dos tipos preto e carioca, coletados na pesquisa, é responsável pelas altas cotações.

Óleo de soja – O preço médio voltou a aumentar em todas as capitais pesquisadas. As cotações internacionais da soja caíram, mas a demanda por óleo

bruto seguiu firme e, no varejo, os custos aumentaram.

Arroz – Em janeiro de 2024, o preço subiu em 16 das 17 cidades pesquisadas. Com menor oferta interna, devido aos baixos estoques provocados pelo aumento do volume exportado, os valores médios do grão subiram no varejo.

Tomate – O preço apresentou alta em 16 capitais, entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. A menor oferta do fruto elevou os valores no varejo.

Leite – O preço diminuiu em 11 capitais. A oferta maior, consequência da importação do leite, e a retração da demanda, devido aos altos patamares de preços dos derivados, explicam as reduções no varejo.

Considerando os 12 meses terminados em janeiro de 2024, houve queda no custo da cesta básica de alimentos em oito capitais, com variações entre -9,47%, em Recife, e -0,26%, em Salvador. Outras seis capitais registraram aumentos entre 0,01% (Goiânia) e 2,80% (Rio de Janeiro). Em três capitais, o aumento dos preços da cesta básica superou a inflação de 3,82%,

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – janeiro de 2024

Capital	Valor da cesta	Varição mensal (%)	Varição 12 meses (%)
Florianópolis	800,31	5,51	5,21
São Paulo	793,39	4,25	0,36
Rio de Janeiro	791,77	7,20	2,80
Porto Alegre	791,16	3,21	4,47
Brasília	742,52	6,27	1,75
Campo Grande	736,76	5,60	-0,85
Curitiba	726,23	4,16	4,47
Belo Horizonte	724,73	10,43	2,37
Vitória	719,30	4,42	-0,95
Goiânia	710,70	6,18	0,01
Belém	656,78	1,76	0,30
Fortaleza	618,32	-1,91	-9,05
Salvador	593,26	5,79	-0,26
Natal	575,71	3,53	-7,47
João Pessoa	559,77	3,22	-6,71
Recife	550,51	2,31	-9,47
Aracaju	528,48	2,17	-4,83

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - (fev/23 a jan/24)

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	3,82
- Alimentação e bebidas	1,32
- Alimentação no domicílio	0,29
- Alimentação fora do domicílio	5,15

Fonte: IBGE

Índices de inflação	Janeiro de 2024 (%)	Fev/23 a Jan/24 (%)	Projeção de inflação		
			mar/23 a fev/24 (%)	abr/23 a mar/24 (%)	mai/23 a abr/24 (%)
INPC-IBGE	0,57	3,82	3,75	3,34	3,16
IPCA-IBGE	0,42	4,51	4,36	3,87	3,61

Fonte: IBGE e BC. A projeção de inflação realizada em 09/02 para fevereiro ficou em 0,70%; para março, em 0,24% e abril, em 0,35%.

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - (janeiro/24)

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 6.723,41
Salário Mínimo	R\$ 1.412,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,76

Fonte: DIEESE